

GINGANDO ENTRE AS DIFICULDADES: AS CONDIÇÕES DE VIDA NA FAVELA DA ROCINHA NO RIO DE JANEIRO (1930-1980)

*Silvio de Almeida Carvalho Filho**

RESUMO:

Este artigo analisa as condições de vida dos habitantes da favela da Rocinha, na Cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 30 e 80 do século XX, à luz dos processos de integração, vinculação e desvinculação sociais, conceitos estruturados pelos sociólogos Robert Castel e Sarah Escorel. Estuda a emergência e expansão da favela, a procedência socioeconômica e cultural de seus habitantes, o seu grau de miserabilidade, o sofrimento vivenciado e as suas carências, especialmente aquelas relacionadas à precariedade habitacional e às condições sanitárias. Além disso, aborda alguns aspectos da interveniência das relações de gênero nas condições de vulnerabilidade social e nos limites existentes na área de lazer. Denuncia a inexistência de endereço facilmente localizável como fato dificultador da plena integração do favelado à cidade formal e identifica também as resistências à política remocionista empreendida pelo Estado.

PALAVRAS-CHAVE: *Condições de vida. Favela. Rio de Janeiro. Vulnerabilidade.*

* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: silvioacf@terra.com.br.

Estudar a favela da Rocinha no Rio de Janeiro envolve a análise do “processo pelo qual uma sociedade” expulsou grande número de seus membros do gozo do padrão de vida considerado digno para a pequena burguesia, criando uma questão social para si mesma. Isso nos obriga a interrogar “sobre o quê, em seu centro, impulsiona essa dinâmica”, já que o cerne da problemática da favela não estava somente onde se localizavam os favelados. A questão social no Rio de Janeiro situava-se na fissura existente entre a jurisdição política da democracia, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e a lógica estritamente econômica do capitalismo, provocadora da miséria e da desmoralização das classes subalternas. Deparamo-nos com uma liberdade individual, que, para os “que se encontravam sem vínculos e sem suportes, privados de qualquer proteção e de qualquer reconhecimento”, significava não a competência para usufruir, mas o total desamparo ante as necessidades básicas de um ser humano e a pior das servidões. A existência da favela era uma denúncia do não-exercício da cidadania e da solidariedade como fundamento do pacto social na “Cidade Maravilhosa” e apontava para o fracasso do otimismo liberal (CASTEL, 1998, p. 143, 30-31, 34-35, 44-45, 227).

As contradições do capitalismo continuavam a fabricar uma nova barbárie na Rocinha: aqui esses pobres se amontoavam, em sua maioria, em habitações pouco salubres, onde a promiscuidade dos sexos e das idades poderia, às vezes, propiciar a depravação dos costumes. Reeditava-se, entre a burguesia e a pequena-burguesia cariocas, o mito europeu de “classes perigosas”, como qualificação da crescente criminalidade alimentada pela violência, pelo alcoolismo, primordialmente do gênero masculino, pela “má conduta” de algumas mulheres ou pelo descaminho da infância e da adolescência no meio favelado. Na verdade, a criminalidade também resultava daqueles que, não recebendo, ao longo de suas vidas, as vantagens de uma inserção social, arrancavam-nas com uma arma na mão (CASTEL, 1998, p. 277, 287, 290, 303, 311). Contudo, grande parte desse mito de “classes perigosas” originava-se das representações sociais burguesas que tomavam a parte pelo todo, desqualificando a maioria das famílias de trabalhadores e de pessoas honradas, que sobrevivia com grandes dificuldades na favela da Rocinha.

O exame das condições de vida e de trabalho dos moradores dessa “comunidade” indicia como eles abarjavam a precariedade social, a qual

evitamos qualificar como “exclusão social”, já que esse termo, tão em voga, designa um estado, e estamos analisando esse fenômeno como um processo. Empregamos uma abordagem desenvolvida pelo sociólogo francês Robert Castel dos fenômenos de integração, vulnerabilidade e desvinculação sociais, este último indicador da etapa mais chã do percurso pessoal e coletivo. Esses processos possuem uma dinâmica que flui em vários eixos, cada um dos quais corresponde a um caminho que vai de um pólo positivo – inserção, inscrição, integração – a um pólo negativo – exclusão, desvinculação, ruptura. Arquetetamos cinco eixos básicos desses percursos: o econômico-ocupacional, o das redes de solidariedade, o da política (cidadania), o da cultura (valores simbólicos) e o do âmbito geral da vida (saúde, condições de habitação, discriminação social, relações de gênero, etc). Desse modo, entendemos como integração social o estágio no qual os indivíduos ou grupos encontram-se agregados positivamente a esses eixos. A precarização em vários desses mancais, em especial, no conjugar negativo, tanto no âmbito do econômico-ocupacional quanto no das redes de solidariedade, leva a um estágio de vulnerabilidade social, ou mesmo de desvinculação social, a etapa mais vil do processo. No entanto, nem sempre “há uma correspondência unívoca e sistemática” entre os direcionamentos ocorrentes em cada eixo (SCOREL, 2000, p. 141 e 143; CASTEL, 1998, p. 25-26). Deixando mais claro: um indivíduo pode estar se precarizando no âmbito econômico-ocupacional, entretanto, por fazer perfeitamente integrado ao eixo das redes de solidariedade, ele não se desvincula socialmente, entrando, por conseguinte, numa situação de vulnerabilidade social.

Nesse texto, privilegiamos a análise do eixo das condições gerais de vida, onde, entre o pólo positivo do considerado “saudável” e o negativo da morte, encontramos estágios de morbidade, diferentes graus de esperança de vida, desiguais acessos aos serviços de saúde, aos benefícios de água potável e de esgotamento sanitário. Vemos aí as infidelidades do meio com as quais os favelados se defrontaram para permanecer saudáveis, ou mesmo vivos, em um território discriminado (SCOREL, 2000, p. 145).

Verificamos aqui as táticas que esses favelados utilizaram para evitar que a zona da vulnerabilidade social, estabelecida pela estratégia capitalista, dilatasse em suas vidas, alimentando a possibilidade de uma desvinculação social (CASTEL, 1998, p. 24).

Chamamos de estratégia capitalista a produção de um poder, por parte do sistema hegemônico, pensado em suas expressões econômica, política, social e cultural, capaz de construir um “lugar” circunscrito como um campo próprio ou autônomo. A estratégia capitalista, “graças ao postulado” deste “lugar de poder”, produz ações e saberes, entre os quais, “lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes)” que servem “de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”, de onde podem provir “alvos ou ameaças”. “Um poder é a preliminar deste saber, e não apenas o seu efeito ou seu atributo”, já que “ele se produz aí”. Assim, a estratégia capitalista é capaz “de produzir, mapear e impor” sua ordem nos espaços por ela hegemônicos, inclusive, nos bolsões de pobreza, os quais julga exterior, mas que foram por ela gerados, tais como a favela da Rocinha. Pode mesmo ignorar essas “outras” paragens, desde que não a ameacem. Na medida em que elas aparecem como um desgoverno, um perigo, tenta estabelecer aí as práticas panópticas “a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar e ‘incluir’ na sua visão” (CERTEAU, 1994, p. 102, 46, 99, 92, 100). Desse modo, procura produzir um consenso normalizador sobre aquilo que revela a sua contradição crítica e, na falha desse, exerce uma coerção, buscando manter o sítio funcionando de acordo com suas diretrizes, mesmo que sejam as de apartação.

Os moradores da Rocinha, nem sempre passivos, usaram, ante a estratégia burguesa hegemônica, uma série de táticas. Entendemos tática, aqui, como o ato medido que tem como ambiente o lugar estipulado, regido e controlado primordialmente por um “outro”, não dispendo, desse modo, de plena autonomia, ou seja, de lastro econômico ou político sobre o qual garantir uma plena independência frente o acidental (CERTEAU, 1994, p. 46, 100).

As táticas utilizadas pelos favelados da Rocinha, provavelmente, se insinuavam neste lugar do “outro”, a hegemonia burguesa, sem possuir freqüentemente uma fronteira que o distinguisse como totalidade visível. Não tendo, em geral, uma compreensão dialética do sistema, os favelados captavam-no fragmentariamente, sem apreendê-lo em suas profundas contradições, não visualizando esse demiurgo num campo distinguível, não encontrando, assim, a possibilidade de dar a suas ações um projeto estratégico alternativo (CERTEAU, 1994, p. 46, 100-101).

Verdadeira “arte de dar golpes” dentro de uma ordem estabelecida primordialmente em proveito da burguesia, as táticas praticadas na Rocinha arquitetavam-se como verdadeira “polemologia do ‘fraco’”; na verdade, ante tantas adversidades, de um forte. Essas ações seriam pequenas obstinações, artimanhas, destras prestidigitatórias (CERTEAU, 1994, p. 103-104, 45; GIARD, 1994, p. 18; RAMOS, 2005), ou recursos insuspeitos empregados pelos favelados em uma ordem capitalista estabelecida, na maioria das vezes, de forma consensual, mas, vez por outra, conflitiva.

“Este não-lugar”¹ vivenciado pelo habitante lhe permitia mobilidades, todavia prescritas pelos imprevistos. Esse morador da Rocinha, freqüentemente, vigiava “para ‘captar no vôo’” as possibilidades de um instante de benefício, operando paulatinamente. Sem base, jogando constantemente com os fatos para transformá-los em oportunidades, utilizava as brechas que as circunstâncias abriam na vigilância da estratégia, para abiscoitar ganhos ou tecer teias de amparo. Muitas vezes, conseguia onde ninguém esperava, operando com manigância e sábia astúcia. De fato, quanto mais fracas eram as suas forças, mais eram geradoras de argúcia. Em outras palavras, tanto mais se tornavam táticas. Desses estratagemas dependia a população da Rocinha para estocar benfeitorias, encorpar a posse e localizar saídas (CERTEAU, 1994, p. 47, 100-101).

Estudamos, então, essas táticas em alguns setores do eixo das condições gerais de vida na Rocinha, favela que surgiu, na década de 20, nos morros da Praia da Gávea, atual São Conrado, onde desembocavam a Estrada da Gávea e a futura Avenida Niemeyer. Há indícios de que parte de seus primeiros habitantes provieram da população operária moradora na Gávea, um dos bairros mais industriais do Rio de Janeiro daquele período, e na área posteriormente denominada Jardim Botânico. A instalação daqueles estabelecimentos fabris incentivaria o aparecimento de várias favelas em terrenos baldios na Gávea e no contorno da Lagoa Rodrigo de Freitas (VARAL, 1983,

¹ Para Certeau, o “não-lugar” é o daquele que não possui um campo próprio ou autônomo, vivendo numa estratégia ou ordem, em grande parte, imposta ou controlada pelo “outro” (1994, p. 46, 92, 99-102). Portanto, seu conceito de “não-lugar” diferencia-se do de Marc Augé porque, para esse antropólogo, o “não-lugar” é um recinto de circulação ou um “espaço constituído em espetáculo”: o do passageiro, o do consumidor ou do utilizador, onde não se está em casa e nem profundamente com os outros, como nos aeroportos e supermercados. Nessa faceta, esse conceito de Augé não nos serve para caracterizar a Rocinha. Todavia, quando nos fala também de um “não-lugar” dos marginalizados, no qual o provisório é vivido como definitivo, aproxima-se da acepção certeuriana empregada por nós.

p. 43; GERSON, 2000, p. 308-9), assim como nas proximidades, como era o caso da Rocinha, o que indica o nível de vulnerabilidade social de nosso operariado nascente.

Fonte escrita de 1960 atribuiu a origem do topônimo a uma fazenda denominada Rocinha, de propriedade da Companhia Castro Guidão. Assim sendo, a localidade, antes de 1930, possuía uma fisionomia rural, pertencendo à área dos chamados “sertões cariocas”. “Entre 1927 e 1930, essa Companhia loteou a fazenda”, vendendo as “porções de terreno a particulares”, provavelmente pobres (SAGMACS, 1960, p. 20). O loteamento, entretanto, processava-se em bases ilegais, fugindo das normas estabelecidas pelas autoridades. Destarte, a partir dessas informações e das fotos de Augusto Malta, fotógrafo oficial da Prefeitura do Distrito Federal, podemos afirmar que a localidade Rocinha, nessas décadas, já então existia, mas não era ainda uma favela.

Em 1937, a Prefeitura exigiu a planta do loteamento com seu respectivo arruamento segundo as normas legais vigentes. A companhia proprietária viu-se obrigada a paralisar as vendas, a fim de legalizar a situação, acarretando problemas financeiros que levaram o proprietário ao suicídio. Após a sua morte, os herdeiros desinteressaram-se das terras, que ficaram praticamente sem dono. Ou seja, na medida em que o processo de urbanização ficou a meio termo – a área não era ainda tão valorizada por se situar no início de um espaço tipicamente rural (os “sertões cariocas”), e os lotes não comercializados foram largados pelos herdeiros –, as terras vendidas tornaram-se propriedades irregulares, e as não alienadas, terrenos baldios (SAGMACS, 1960, p. 20). Logo, desfaz-se o mito de que a Rocinha surgiu apenas de invasão, pois, inicialmente, ali moraram pobres que foram esbulhados ao comprarem um bem que nunca puderam legalizar, e, somente mais tarde, a partir de 1940, ocorreram invasões realizadas por necessitados, que tomaram posse dos terrenos abandonados.

Possivelmente, parte de seus moradores também proveio dos 20.506 migrantes que chegaram à Cidade Maravilhosa entre 1920 e 1930, “na maioria procedentes do Estado do Rio de Janeiro” (PARISSE, 1969, p. 41-42). Apesar de ser proveniente de um campesinato proletarizado e extremamente vulnerável, nem todos os migrantes para essa localidade originaram-se de famílias tradicionalmente pobres; muitos advieram de famílias que sofreram um processo de mobilidade vertical negativa na área rural (VARAL, 1983, p. 21).

Até a década de 40, as favelas não se constituíam em grande problema para as autoridades municipais e federais, ainda mais a Rocinha que, nesse decênio, apesar de ser a quarta maior favela do município, situava-se em área ainda não muito valorizada: as atenções, então, voltavam-se, na Zona Sul, para as favelas no perímetro da Lagoa Rodrigo de Freitas. Parisse afirma que, sob o Estado Novo (1937-1945), o ritmo de urbanização nacional processou-se “com rapidez por causa do aumento acelerado da população”, da industrialização, da política de obras públicas nas cidades, das aspirações para os modos de vida modernos. Contudo, ele explica o fenômeno migratório apenas pela atração que a cidade exercia, sem chamar a atenção para as razões que condicionavam a mão-de-obra a não querer ficar no meio rural. O Rio de Janeiro participou do processo de crescimento que, então, caracterizava o Brasil. Era a capital federal uma das mais importantes cidades do país, um dos maiores mercados de trabalho e canalizava grande parte do fluxo migratório interno, o qual vai em parte ser responsável pela formação de várias favelas cariocas. Na verdade, ampla porção dos então habitantes da Rocinha provinha de parcela do volumoso fluxo imigratório de 400 mil pessoas que chegara à cidade durante a segunda metade da década de 40. Nesse decênio, “as favelas cariocas acolheram 40.975 migrantes [...], a maioria proveniente” do Estado do Rio de Janeiro. Em geral, advinham de localidades rurais de reduzida população, com pouca possibilidade de expansão econômica.

Como uma paragem que cresceu alimentada pelos baixos salários, pela pequenez das condições de vida e pelo largo e contínuo caudal de êxodo rural, a Rocinha demandou, ao longo de sua história, um aumento cada vez maior de seu espaço vital. A expansão urbana da Zona Sul do Rio de Janeiro, em especial o crescimento dos bairros elegantes do Leme e Copacabana, a partir desse período (PARISSE, 1969, p. 40-42, 27-29, 39-41, 139-142), levou as populações pobres, em grande parte de origem rural, a buscar trabalho nesses sítios e a construir barracos nos terrenos baldios nessa região ou próximos a ela. A transformação da Rocinha como favela inscreve-se nesse processo. Em 1945, quando Renato Caruso, dono de vasta área na localidade, doou-a em troca de votos para se eleger vereador, o espaço encheu-se de casebres, ocupados por pessoas advindas de várias regiões do país, desejosas de morar mais próximo a um território com grande oferta de trabalho, a Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro (VARAL, 1983, p. 66). Após esse processo, “surgiram,

em épocas diversas, vários projetos de desapropriação da área, mas não tiveram seguimento. Em 1947, a favela recebeu novo impulso, aumentando o número de barracos” (SAGMACS, 1960, p. 20).

O fluxo vindo para a Rocinha entre 1940 e 1950 não deveria muito se diferenciar, em suas características, do êxodo para a cidade do Rio de Janeiro, do qual 53,9% dos migrantes vinham do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais ou das áreas agrícolas do Estado de São Paulo (PARISSE, 1969, p. 41; SEGALA, 1991, p. 6, 100; SOUZA, 2002; VARAL, 1983, p. 20-21, 28, 34; LIMA, 2002; COELHO, 2001) que, a partir da crise econômica da cafeicultura, na década de 40, tornaram-se paragens típicas de êxodo rural. Muitos eram filhos de agricultores pobres, na maioria das vezes não-proprietários, mormente praticantes de agricultura ou pecuária voltadas para a subsistência.

Muitos, procedentes dos estados do Nordeste – o que propiciou que a Rocinha fosse, já na década de 50, apresentada como um gueto nordestino –, além de necessidades materiais, sofreram as mazelas da seca, que os estimularam a migrar para o Rio de Janeiro. Suas famílias possuíam prole numerosa, que iam, às vezes, de quatro a dez filhos, os quais, numa faixa variável entre os sete e os dez anos, colaboravam com a formação da renda familiar desde tenra infância, trabalhando duro na agricultura, na pecuária ou em outros pequenos misteres (SOUZA, 2002; LIMA, 2002; COELHO, 2001; VARAL, 1983, p. 21).

Andar de lugar em lugar, reflexo da instabilidade dos empregos e da luta por sobrevivência, foi uma tática para muitos antigos moradores da Rocinha. Vários migrantes, antes de chegarem ao Rio, vagaram, em busca de trabalho, em seus estados natais, evidenciando como o emprego constituiu um fator importante para a integração social do indivíduo. Outros chegaram ao Rio de Janeiro para morar, “como um rato”, em um quartinho improvisado dentro da própria obra de construção civil onde trabalhavam como peão (SOUZA, 2002; LIMA, 2002).

Outra tática constante para diminuir o grau de vulnerabilidade social em que viviam foi procurar morar próximo ao trabalho. No Estado do Rio de Janeiro, antes de residirem na Rocinha, diversos migrantes moraram na Baixada Fluminense, circundante à Cidade do Rio de Janeiro, no subúrbio carioca, ou em outra favela. Residir nessas paragens era habitar muito longe do trabalho na Zona Sul carioca, utilizando como transporte trens superlotados,

já que não podiam suportar o preço de outras passagens. Outros até dormiam no trabalho para economizar tempo, dinheiro e não sofrer o grande desconforto do trajeto, que aumentava o cansaço do dia. Alguns não tiveram condições de permanecer, por motivos econômicos ou urbanísticos, em suas antigas moradas. Para solucionar esse problema, a tática de morar na favela foi a saída e, nela residir, significava possuir um *status* melhor e ser mais feliz. Como disse Darcy Ribeiro: “A Rocinha não é um problema. É a solução que aquelas pessoas encontraram para viver” (apud ITAGIBA, 2005, p. A16). Ela foi, por conseguinte, uma tentativa, nem sempre bem-vinda, dos pobres de se inserirem na cidade (VARAL, 1983, p. 10,16-18, 22-25, 28; PARISSE, 1969, p. 32-34; CORRÊA, 2003, p. 21-22; SOUZA, 2002).

Na década de 60, no Rio de Janeiro, o processo de favelização já era visto como proporcionalmente mais rápido que o crescimento de toda a cidade. O aumento demográfico da favela era explicado pela alta fertilidade da população favelada assim como pela chegada constante de parentes e agregados que ficavam hospedados na casa de outrem até poderem construir seu próprio barraco, burlando toda fiscalização rigorosa.

Contudo, a favela, atualmente uma das maiores da América Latina, em meados da década de 70 já era classificada pelos jornais como “uma cidade marginal”, “dentro da zona sul” chique, “debruçada sobre o mar” (SEGALA, 1991, p. 5). Em outras palavras, era um estorvo situar um bolsão de pobreza em sítio cada vez mais valorizado pelo capital imobiliário, particularmente após a abertura do Túnel Dois Irmãos, no início da década de 70, que uniu a antiga Zona Sul àquela que seria a extensão dessa nova área valorizada, indisponibilizando o espaço para a utilização da elite carioca.

A favela possuía as duas características basilares atribuídas pelos estudiosos angolanos aos seus musseques:

A ausência ou a significativa precariedade de redes de serviços públicos coletivos: água canalizada, saneamento e recolha de lixo, telefone e estradas alcatroadas.

A proliferação da construção não controlada de edifícios, ou seja, exterior à planificação e ao controle da urbanização pelo Estado (ROBSON; ROQUE, 2001, p. 11).

A grande função do espaço da favela tem sido servir de habitação para milhares de pessoas, que trabalhavam primordialmente na Zona Sul

do Rio de Janeiro, mas tinham dificuldade de acesso à moradia nessa região, onde o preço do imóvel era muito alto. A esse, outros papéis se atrelaram, pois se tornou lugar de comércio, formal e informal, visando o abastecimento local.

As práticas dos moradores e dos forasteiros nessa favela, assim como suas representações sobre o lugar, ambas geradoras desse espaço, ora de forma mais concreta, ora mais mítico-conceitual, suscitaram um espírito, uma personalidade, um sentido do lugar, havendo as interveniências desses usos e refrações na integração ou na vulnerabilidade de seus residentes. As regulações, as apropriações, as alienações nesse espaço influíram nos processos por nós estudados, revelando algumas das vísceras estruturais da sociedade e da cultura brasileiras.

Os fatores dos processos de integração, vulnerabilidade e desvinculação sociais foram agentes da estruturação diacrônica do território da Rocinha, que, uma vez constituído, tornou-se estruturador dos mesmos processos. Refletimos, desse modo, sobre as disposições sociais que geraram a forma e as funções desse espaço e suas relações com os processos de integração, vulnerabilidade e desvinculação social desde o surgimento da favela até a década de 80, verificando as mudanças e as contradições internas desses arcabouços (CORRÊA, 2003, p. 15, 26-32).

Como as identidades estão freqüentemente associadas a objetos e a lugares sociais, o tipo e o local de habitação é a qualidade primeira que caracterizava o favelado: a morada precária e, mormente, ilegal. O trabalhador manual, pobre, migrante e recém-chegado ao Rio de Janeiro, que mal conseguia recursos para reproduzir a sua força de trabalho, encontrava enormes dificuldades para lograr um sítio onde construir o seu casebre, restando-lhe apenas o morro, ou, quem lá sabe, algum terreno baldio, cujo proprietário não reclamasse a posse. Analisar a forma como se organizou o espaço da Rocinha significa reconhecer a sua constituição desrespeitosa das regras da propriedade privada, a carência de terra e de meios para edificar as moradas, a posse como possibilitadora da realidade edilícia, o imprevisto e a criatividade para erguer o que se quer tornar um lar. O péssimo estado das moradas nessa localidade exprimia as precárias condições da reprodução da força de trabalho de milhares de pessoas. Na década de 40, fazia-se o barraco escondido, com madeira comprada ou obtida dos restos que a cidade formal deixara. Muitos,

por serem peões, conseguiam, gratuitamente, o madeirame na própria construção civil onde trabalhavam, quando esse material lá não era de serventia. Os da Rocinha foram os que lutaram para ter um teto, sentindo-se, de certo modo, parcialmente vencedores, pois conseguiram constituir uma morada. Muitos, anteriormente, residiram em condições habitacionais tão ou mais precárias que as da favela. Severina da Silva Nascimento, antes da década de 80, havia morado em Caxias, por comodato, na casa de um compadre em um quartinho, no qual dormia, com seus filhos, no chão sobre esteiras (WOODWARD, 2000, p. 10; VARAL, 1983, p. 17-18; PARISSE, 1969, p. 29; CORRÊA, 2003, p. 18, 25-26; SOUZA, 2002; COELHO, 2002).

O morador do morro, antes de tudo, foi considerado, a miúdo, pelo poder político, um invasor. Contudo, o poder estatal não questionou se a categoria “invasão”, por ele também instrumentalizada, não precisava ser problematizada. Isso decorria da oclusão semiótica sofrida pelos legisladores, que lhes impedia perceber que os pobres tornaram-se residentes ilegais porque alguns abastados já tinham adquirido todos os terrenos disponíveis, encarecendo o mercado de terras urbanas. “Terra de ninguém” já não existia mais para os sem teto utilizarem. De fato, esses favelados sempre incomodaram: ousaram ocupar os morros da parte que gradativamente tornou-se a mais aquilatada da cidade, a Zona Sul (ROCHA, 2000, p. 19; CABRAL, 1997, p. 10).

O morador da Rocinha, antes mesmo da intensificação da política de remoções, na década de 60, temia as constantes ameaças das retiradas individuais ou coletivas realizadas pelas autoridades municipais e estaduais em nome da legalidade, da saúde, da segurança ou da moralidade pública. Os guardas que policiavam o terreno onde a favela se estabeleceu sempre estavam a “arrancar os paus” sustentadores dos casebres. Os seguranças, possuindo a missão de “impedir a construção de barracos no local, [...] faziam ‘vista grossa’, mediante recompensa em dinheiro”. Apesar de tudo, muitos barracos, no começo, foram derrubados. Moradora desde a década de 40 na Rocinha, dona Alba Coelho, recorrendo à autoridade de um tal Dr. João, policial do 1º Distrito no Jockey, para o qual lavava roupa, impediu a interceptação pelos guardas do caminhão transportador da madeira com a qual iria erguer o seu casebre (VARAL, 1983, p. 6, 37, 7, ZALUAR; ALVITO, 1999, p. 9-11; ROCHA, 2000, p. 19; COELHO, 2001 e 2002). Vemos aí um exemplo de como uma rede de solidariedade extraclasse, com elementos mais poderosos, constituía um

ingrediente importante, em termos individuais, para impedir a vulnerabilidade. Em suma, seja eles soldados do Exército, guardas civis, sanitários ou florestais, suas ações denunciaram que a instalação da população na Rocinha, desde o início, foi realizada, em grande parte, à margem da lei e por tolerância daqueles que, legalmente, não deveriam consentir na ocupação de terras.

Dessa forma, os carentes elaboraram suas táticas para burlar a repressão contra a construção de seus barracos. “Na época de Getúlio”, ou seja, nesta extensa temporalidade do depoimento oral, provavelmente na década de 40, o feirante Jonas Januário da Silva, antigo morador da Rocinha, assegurava haver um decreto da Presidência que vedara a derrubada de barraco em que habitasse criança. Porém, Bernardino Francisco de Souza certificava que, para não ser demolido, deveria haver uma família dentro. Talvez a dissensão entre os depoimentos seja uma questão de metonímia. Na verdade, o consensual era que os novos favelados, apressadamente, erguiam suas toscas habitações, primordialmente à noite e nos finais de semana, quando a guarda folgava, e imediatamente, colocavam dentro uma criança, segundo uns, ou uma família, segundo outros, mesmo que emprestada, garantindo assim a não-demolição do casebre pela polícia. Para Bernardino, quem fosse morar sozinho e não conseguisse família postiça, tinha de ter pelos menos móveis para evitar a demolição. Ou seja, para evitar a derrubada, era necessário que o tugúrio fosse mobiliado e habitado. Em suma, os futuros ocupantes ilegais da terra utilizavam-se de todas as táticas para conseguir um teto. Caso contrário, chegaria um caminhão cheio de guardas, armados de pés-de-cabra, marretas, foices e machados para dismantelar o barraco. Esta repressão, na verdade, achava-se amparada pelo Código de Obras de 1937 da Prefeitura do Distrito Federal, que proibia a construção de novas casas em áreas de ocupação ilegal ou qualquer melhoria naquelas já existentes (VARAL, 1983, p. 38, 40; COELHO, 2001 e 2002; SOUZA, 2002; VALLA, 1986, p. 34, PARISSÉ, 1969, p. 32).

A coibição, portanto, existia, mas as táticas, como demonstramos, para ocupar as terras eram criativas e contínuas, criando uma situação de fato. Desde a década de 40, o governo federal e a prefeitura tentavam estorvar que os barracos de madeira se tornassem de alvenaria, visando, com isso, impedir que a ocupação ilegal pudesse instalar-se mais solidamente. Se houvesse infração a essa resolução, a polícia sentia-se no direito de destruir a nova vivenda. Apesar das proibições e derrubadas, as casas de alvenaria gradativamente

impuseram-se. Alguns, para burlar, edificaram cômodos com paredes de tijolos sob as de tábuas (VARAL, 1983, p. 46, 52, 55; COELHO, 2001; SOUZA, 2002).

Apesar de pequenas discrepâncias entre os relatos orais, eles denunciam algumas situações comuns: primeiro, a existência, na área da Rocinha, de princípios de tolerância oficial à existência de barracos em propriedade alheia; segundo, os sem teto elaboraram artimanhas para construir um couro e, quem lá sabe um dia, ter a possibilidade de transformá-lo em lar.

Da década de 40 até a primeira metade da seguinte, a Rocinha ainda possuía grande parte de sua área baldia, com espaços, entre os poucos barracos, preenchidos por matagais. Como diziam alguns de seus antigos moradores, lá só havia “mato”. Em razão da origem rural de grande parte de seus habitantes, adotou-se, então, o hábito de criar pequenos animais, como galináceos, caprinos, suínos e, mais raramente, até de grande porte, como bovinos. Ademais, plantavam-se algumas fruteiras ao longo das encostas tais como jaqueiras, bananeiras, laranjeiras, mamoeiros. Dessa maneira, esta população arrumava alguma forma de melhorar a qualidade de sua alimentação diminuindo a sua vulnerabilidade; todavia, parece não ter havido prática de agricultura de subsistência (VARAL, 1983, p. 6, 18, 23; COELHO, 2001 e 2002).

Com o passar do tempo, a ocupação se intensificou: “Anoitecia, no outro dia amanheciam quatro, cinco barracos”. Passou-se, gradativamente, a disputar, palmo a palmo, qualquer nesga de chão humanamente desocupado. Essas contendias surgiram com mais intensidade desde fins da década de 60 com o advento, cada vez mais crescente, de recém-chegados, inclusive, do Nordeste do Brasil. Com o avolumar de novos ocupantes, qualquer quintal, onde, às vezes, um antigo morador criava galinhas, porcos, alguns cabritos a devorar as sebes, ou colocava um varal mais extenso para secar roupas, encontrava-se potencialmente ameaçado. Dona Alba, por exemplo, tivera então seus cabritos e porcos envenenados e suas galinhas roubadas. Atribuindo o fato à inveja, não conseguiu enxergar que a criação desses animais, talvez, ocupasse terras ambicionadas em uma favela em expansão ou que a fome por proteína animal estimulasse o roubo aos recém-chegados. Ante esses infortúnios, dona Alba deixou de criar animais para o consumo doméstico. Quando um terreno como o seu era invadido para a edificação de mais um barraco, e o seu dono não se arriscava a utilizar a própria força bruta em defesa de sua posse, recorria-se ao poder de polícia do Estado que lá vinha tentar conciliar as partes. Mas, na

maioria das vezes, aceitavam-se as perdas de forma mais tácita e consensual. Afinal, como dizia dona Alba: “a terra era do governo”, ou seja, tornava-se “de ninguém”, logo, era daquele que necessitasse. No morro, a briga fundiária constituía a exceção que confirmava a regra de solidariedade com o sem teto que chegava (COELHO, 2002 e 2001; VARAL, 1983, p. 52).

Muitas vezes, em lugar de se apossar de uma nesga de terreno para construir um barraco, chegava-se na favela, já na década de 40, pagando locação, como fez dona Alba Dias Coelho. Fenômeno esse que, com o tempo, espalhou-se: cada vez mais na Rocinha, muitos viviam de aluguel, cada dia mais caro pelo fato de ser uma favela dentro da Zona Sul, região nobre da cidade e próxima aos locais de trabalho. Muitos favelados, ao juntar algum dinheiro, conseguiam comprar ou erguer barracos para alugar, obtendo uma renda extra, além dos parcos salários e pensões (COELHO, 2001).

Aqueles que moram ilegalmente estão sempre, de certo modo, ameaçados, mesmo quando conjuntamente são tantos. O poder, numa sociedade capitalista, não está, em geral, ao seu lado, pois não são seus agentes, mas sim seus pacientes. A lei, em geral, lhes é contrária, e a reivindicação satisfeita é uma concessão realizada por aqueles que ditam as normas. O mundo do poder para o favelado regeu-se pelas assimetrias das relações sociopolíticas, nas quais ele estava, em regra, em desvantagem. Porém, paradoxalmente, constatamos que, apesar de viverem à margem da legalidade quanto ao direito de propriedade, os favelados reconheciam a si o direito de possuir o que de fato utilizavam, um verdadeiro *utis et possidetis*, recorrendo ao Estado – uma instituição, muitas vezes, controladora, opressora e ameaçadora –, no âmbito de seu poder executivo e por meio de seus agentes responsáveis pela manutenção da ordem, para, no uso do bom senso consuetudinário, dirimir suas contendas.

Em fins do século XIX, o favelado era visto como um morador de um barraco de tábuas, coberto com telha de papelão pichado. Mas, na década de 60, os principais imóveis ao longo da Estrada da Gávea eram, em sua maioria, casas e alguns prédios de dois andares de alvenaria, bem conservados. Por volta da década de 70, o restante da favela já era predominante de alvenaria indefinidamente inacabada, impudentemente, exibindo suas entranhas de tijolos, regurgitando, às vezes, uma touceira de canos d’água salientes. Era viver entre a precariedade dos objetos, no incompleto da beleza, construindo,

freqüentemente, um arremedo de um lar com as sucatas sobrantes da vida no asfalto. A essa espécie de pobre não foi dado nem o mínimo do conforto oferecido ao proletariado francês no início do século XX: a habitação do tipo popular. Já desde a década de 40, demandava-se em vão pela construção de casas populares para o favelado (VARAL, 1983, p. 6; SAGMACS, 1960, p. 20; ZALUAR; ALVITO, 1999, p. 8; SEGALA, 1991, p. 33-34; CERTEAU, 1994, p. 86-88; CASTEL, 1998, p. 416, 434; PARISSE, 1969, p. 38). Todavia, hoje, temos clareza que dar casa digna aos favelados é uma apenas uma parte da solução da questão social, pois qualquer conjunto habitacional ou bairro social construído com esse fito favelizar-se-á, caso políticas de redistribuição de renda e geração de empregos não atinjam a população beneficiada.

A “história do morro”, ressaltava um habitante da Rocinha, era “igual que torcer uma roupa quando sai da bica. Um lenço cheio de lágrimas”. Apesar de tanto amargor, revelador do alto grau de vulnerabilidade, residir nesse espaço discriminado constituía-se num refrigério, pois, se não adentraram no paraíso, pelo menos, estavam num purgatório ante o inferno que antes experimentaram: a desvinculação social ou um alto grau de vulnerabilidade social. A lavadeira Severina da Silva Nascimento, antes de morar na Rocinha, sofrera “tanto neste Rio de Janeiro”, vivendo humilhada e explorada na casa dos outros, que pensara em matar a si e a seus filhos, ateando fogo às vestes embebidas em querosene (VARAL, 1983, p. 5 e 18). Pretendia assim completar em si o supremo grau da desvinculação social: a morte.

Vários, antes de viverem na favela, conheceram a carência de alimentos, de roupas e de móveis, sintomas do estágio de desvinculação social. A nossa Severina, por exemplo, na década de 70, juntamente com dois filhos, habitou em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde “se [...] comesse de manhã, de tarde não comia”. Tal era a miséria de alguns que chegaram a trabalhar apenas a troco de comida. Deduzimos as decorrências psicossomáticas dessa fome endêmica para esses futuros moradores da favela: os sofrimentos inenarráveis, a humilhação social, as dificuldades no desenvolvimento físico e mental dessas crianças, assim como a baixa imunidade física, atributos constantemente presentes nos desvinculados sociais. Outros apresentavam aperturas em adquirir roupas, vivendo de doações, mas, muitas vezes, nem essas havia. Tal era a penúria em que alguns chegaram à favela, famintos, apenas com a roupa do corpo e pequenos trapos (VARAL, 1983, p. 16-17).

A Rocinha, ao longo da história, vivenciou uma realidade que ameaçava qualquer índice de desenvolvimento humano da ONU. Nesse espaço discriminado pelos órgãos públicos, o acesso à água encanada era caro, ineficiente ou inexistente. Assim, desde a década de 30, apanhavam-se latas d'água nos tanques com bicas coletivas, de água provinda de nascente das encostas do morro para servir aos barracos. Dona Alba Coelho, na década de 40, chegou também a fazer as mesmas tarefas em uma grande torneira denominada Bica das Almas, cuja água caía em um cocho de cimento útil à lavagem de roupa. Depois, seu marido facilitou seu serviço doméstico ao abrir um poço próximo ao seu barraco. As lavadeiras, como dona Alba, preferiam lavar roupa, na favela, com o líquido precioso que corria em um riacho ainda não poluído. Obter água para os barracos significava, constantemente, ficar, por longo tempo, numa fila, aguardando a sua vez para apanhá-la em grandes latas, algumas em torno de 16 litros, alimentadoras de latões de duzentos litros, usados, em sua origem, como recipientes de querosene e agora tornados reservatórios de cada barraco. Alguns homens da “comunidade” ganhavam alguns trocados enchendo esses latões para algumas famílias. Com o passar do tempo, uns poucos, melhorando as suas condições de vida, dependendo do fácil acesso de suas moradas para veículos motorizados, construíram cisternas, alimentadas com caminhões-pipa (VARAL, 1983, p. 6-7, 23, 37; ALVES, 1997, p. 14; COELHO, 2001 e 2002). Ou seja, a reprodução da força de trabalho era mais custosa para essa população trabalhadora do que para outros segmentos da população carioca.

O asseio diário diferenciava também os gêneros: os homens, economizando a água dos latões residenciais, tomavam banho, usando shorts, em um lugar público com líquido proveniente de uma nascente trazido por um cano feito de bambu. Nesses tempos, antes da famosa revolução sexual da década de 60, restava às mulheres realizarem seu asseio com auxílio de canecas e bacias no reservado recinto de seus tugúrios.

Almejava-se, pelo menos, ampliar o abastecimento de água da forma tradicionalmente existente, já que parecia difícil, naquele momento, o acesso a uma rede encanada de água e esgotos. Os favelados conseguiram, quando muito, água, existente de acordo com a sorte do dia, procedente de quatro ou seis bicas ou de um poço no Largo do Boiadeiro (VARAL, 1983, p. 37, 52, 64, 67; KUSCHNIR, 1999, p. 23; COELHO, 2001 e 2002), aberto sob os auspícios do

vereador Amando da Fonseca. Dona Alba afirma que conseguiu trazer água encanada a sua casa, provinda de nascentes na Rocinha, por volta do início da década de 60, mas seu depoimento é pouco confiável em termos cronológicos.

A vulnerabilidade crescia, porquanto grande parte do esgoto corria por valas negras a céu aberto. Já eram comuns, nesse período, alguns barracos terem fossas rudimentares, ocasionando provavelmente, com o crescer das moradias, a contaminação dos lençóis freáticos que alimentavam os poços d'água. As lavadeiras que, na segunda metade da década de 40 e na seguinte, lavavam roupa nas águas ainda límpidas de um riacho na favela, já na década de 70 não mais isso podiam fazer. O córrego tornara-se um imenso valão formado pelos esgotos da favela (VARAL, 1983, p. 7; COELHO, 2001).

No início da década de 80, quando tiveram acesso à água encanada, via CEDAE, optaram por um sistema de distribuição aérea de canos de PVC, muito freqüentemente pendurados no beiral dos telhados, nas lajes, ou cravados com buchas plásticas nas paredes. Essa escolha foi feita por serem as construções muito próximas, os terrenos acidentados e haver pouco dinheiro para obras de infra-estrutura. Podia-se, assim, evitar a danificação dos canos, ante o constante trânsito de pedestres e de cargas, reparar com mais facilidade as redes aéreas, além de impedir as ligações clandestinas (SEGALA, 1991, p. 34).

Desde 1940 até, pelo menos, o início da década de 80, o lixo era literalmente jogado a esmo nos terrenos ainda baldios; convivia-se com a falta de coleta pública ou de qualquer padrão mínimo de limpeza urbana. Com o crescimento da favela, houve necessidade de se construir lixeiras em determinados locais. No início desse último decênio, encontrávamos as ruas enlameadas com amontoados de lixos, onde cães, gatos e ratos fuçavam, obrigando o transeunte a respirar um odor não muito agradável e a andar com cuidado, evitando valas, buracos, lixos e sujeiras. Pelas ruas da Rocinha, vendia-se também comida popular e barata, tais como churrasquinho, milho verde, pipoca e bebidas (CASTEL, 1998, p. 434; SEGALA, 1991, p. 33-34; COELHO, 2001) com pouca preocupação com a higiene. Disso tudo, resultava um meio ambiente desfavorável à saúde pública, abrindo caminho às vulnerabilidades coletivas.

Quanto ao acesso a hospitais, recorria-se ao Miguel Couto, pois, sendo público, não obstava o tratamento aos pobres. Durante muitos anos, os habitantes da Rocinha com condições financeiras também utilizaram uma clínica

médica particular na Estrada da Gávea, pertencente ao Dr. Mário Dufles, que, até o início do século XXI, era lembrado como um bom profissional.

Às vezes, formavam-se redes de solidariedade entre médicos e pacientes, que minoravam o grau de vulnerabilidade de alguns elementos dessa população. Dona Alba, por exemplo, possuía uma relação especial com um pediatra do Miguel Couto, certo Doutor Ovídio, considerado por ela como um bom clínico: ele cuidou de todos os seus filhos e de seus dois netos mais velhos. Só a morte do médico interrompeu essa relação. A afinidade permitia que, por volta de 1954, quando um de seus filhos, então com oito meses de idade, teve crupe, dona Alba, ante a gravidade da situação, tomasse a liberdade de ir da Rocinha à residência do pediatra na Praça General Osório, em Ipanema, às duas horas da madrugada, rogar-lhe atendimento para o filho. Vê-se, pelo conhecimento do local de residência de um clínico de um hospital público, como as conexões de solidariedade extraclases sempre foram importantes para que alguns moradores da favela enfrentassem dificuldades que poderiam ter se tornado intransponíveis. Mas essas facilidades não atingiam a todos.

Semelhantemente às mulheres pobres brasileiras, as da Rocinha, nas décadas de 40 e 50, tinham, em geral, grande prole, como, por exemplo, dona Alba, com dez filhos. As grávidas, mormente, realizavam as paridelas em casa, recorrendo às parteiras residentes na favela, comumente da vizinhança, que gozavam de certa intimidade com a futura mãe. Em casos graves e excepcionais, procuravam os médicos obstetras, em especial, do Hospital Miguel Couto. Muitas vezes, quando se desejava, juntamente com o parto, realizar a laqueadura das trompas, legalmente interdita, recorria-se, clandestinamente, a médicos particulares. Essa decisão, derradeira e corajosa, só tomavam quando, às vezes, já possuíam mais que uma dúzia de filhos.

O aborto, apesar de ser ilegal no Brasil, era uma prática muito comum entre as mulheres na Rocinha quando ainda não se havia descoberto a pílula anticoncepcional. Algumas realizavam o móvito sozinhas e, segundo dona Alba Coelho, até, vez por outra, “com talo de couve” (sic). Outras o perpetravam com parteiras e “curiosas”, mas também com médicos. Conta-se que um cirurgião que clinicava na Rocinha chegou a ser preso por realizar tais práticas (COELHO, 2001). A precariedade na saúde reprodutiva feminina, com dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública ou mesmo de

informações sanitárias, acarretava vulnerabilidades, tais como morbidades, menor esperança de vida e, inclusive, mortalidade materna e infantil.

Na Rocinha, nas décadas de 40 a 50, com certeza, predominava o senso comum brasileiro sobre as relações de gênero. Dona Alba Dias Coelho, por exemplo, igualava todos os homens na moral sexual, tornando-os mais permissivos. Segundo ela,

um homem e um cachorro é [sic] a mesma coisa: meu marido dizia isso pra mim. Tanto fazia ele dormir dentro de casa, como na sacada da casa, era a mesma coisa. Agora, mulher não podia dormir na casa da mãe dela nem uma noite: assim meu marido dizia pra mim. Então eu não saía pra lugar nenhum a não ser pra trabalhar. Mesmo eu saindo pra trabalhar, com trouxa de roupa na cabeça, bolsa do lado, ele ainda ia me vigiar lá na rua. [...] Ele tinha um ciúme que nem com a minha mãe ele gostava que eu conversasse. [...] Por isso que eu digo ao senhor: se eu fosse na idéia dele, eu tinha morrido há muito tempo. Mas não, eu não fui na idéia dele, fui na minha!

Talvez esses comportamentos morais mais permissivos, com as suas vidas mais voltadas ao público, ou seja, com maiores exposições aos perigos típicos dos estilos de vida mais próprios ao gênero masculino na sociedade carioca de então, explicassem as taxas de mortalidade mais altas entre os homens do que entre as mulheres. Para dona Alba Dias Coelho, eles morriam, em geral, mais cedo que as mulheres. Ela mesma, ao tempo do depoimento a nós concedido, já sobrevivia ao marido há cerca de 32 anos. Da prole de seus pais, quatro homens e seis mulheres, vários deles moradores da Rocinha, só sobreviviam, em 2001, as mulheres: todos seus irmãos já tinham finado: três, na infância e outro, já adulto, em torno de 1990 (COELHO, 2001). Como parece, na favela, seguia-se a tendência ampla e secular, presente até no mundo animal, de que a taxa de mortalidade entre os machos, em geral, é mais alta que entre as fêmeas. O gênero masculino tem sido mais afetado por mortes derivadas de quedas acidentais, acidentes de carro, assassinatos, suicídios e afogamentos (BELTRÃO; PINTO; CAMARANO, 1996, p. 3; IBGE, 2001). Os homens, no Brasil, são mais suscetíveis a lesões, traumatismos, queimaduras, envenenamentos e a intoxicações por substâncias não medicinais. Ademais, por serem, em geral, mais fumantes que as mulheres, são mais aptos a adoecer e a falecer por doenças causadas pelo tabagismo. A pobreza e a miséria na Rocinha mais do que nunca devem ter potencializado essa vulnerabilidade.

Vindos de áreas rurais, com índices de escolaridade baixíssimos, na década de 40, eram, em especial as mulheres, analfabetos, ou possuíam um conhecimento mínimo das primeiras letras e das contas aritméticas. O município de Conceição do Coité, no Estado da Bahia, terra natal de Alberto Moreira Lima, um velho fotógrafo da Rocinha, não deveria ser provavelmente um lugar que, na sua infância, por volta da década de 30, oferecesse condições de fácil acesso à educação sistemática, já que, em 2003, ainda 79% da população era analfabeta. Alberto, ressaltando a precariedade de sua formação “escolar”, lembrava que a sua primeira “professora” mal sabia ler e escrever (COELHO, 2001; SOUZA, 2002; LIMA, 2002). A história de outro migrante, Bernardino Francisco de Souza, como tantas outras, mostra que seu pai, um homem analfabeto, ante as possibilidades de sua parca e miserável vida rural no agreste nordestino, não via necessidade de ele freqüentar o educandário, pois naquele sertão a “leitura não dava comida a homem”. Então, “a primeira caneta que [lhe] [...] deram foi uma enxada”. Aos 13 anos, chegara a se matricular em uma escola, mas diante da necessidade de trabalhar, desistiu após três meses, findando assim abruptamente todo o percurso escolar de sua vida (SOUZA, 2002). Confirma-se, dessa forma, a história de tantas crianças das camadas populares brasileiras, cuja regra foi sempre a dificuldade em freqüentar o ensino elementar por causa do trabalho infantil.

As nossas entrevistas indiciam que a geração nascida na Rocinha tinha maior escolaridade que a de seus pais. Apesar de analfabeta, dar instrução à prole foi um valor guardado por dona Alba: todos seus filhos estudaram. Quando pequenos instruíam-se em uma igreja próxima à residência; alguns deles, mais crescidos, freqüentaram o Colégio Tamandaré na Rocinha. Todavia, nenhum atingiu à universidade, e suas profissões variavam de garçom a protético (COELHO, 2001). Destarte, a educação foi vista por vários pais na favela como uma forma de oferecer aos filhos melhores condições na luta por uma maior integração ou mesmo ascensão social.

Ainda não tivemos acesso a fontes escritas que nos informem quando a Rocinha conheceu a luz elétrica em suas moradias, mas não deve ter sido antes de 1948, quando a Fundação Leão XIII iniciou os seus trabalhos de promoção de eletrificação das favelas (PARISSE, 1969, p. 127). Inicialmente, só havia luz elétrica nas ruas; os barracos eram iluminados à luz provinda de lampiões e lamparinas de querosene ou de vela. A fuligem gerada pela

combustão irritava os olhos e as narinas, assim como enodoava as paredes do barracão. A Rocinha guardava ainda um pouco do ritmo de vida rural: a falta de eletricidade nos barracos estimulava que seus moradores se recolhessem por volta das oito horas da noite. Sendo, então, grande parte quase, ou totalmente, analfabeta, a forma mais comum de acesso às informações era a comunicação das novidades por meio de conversas, já que a inexistência de luz residencial impedia o acesso ao grande meio de comunicação do momento, o rádio. Assim, era o andar pela cidade, a trabalho ou em compras, que contribuía para obtenção das notícias da cidade, do país ou do mundo.

A iluminação elétrica chegou primeiro à Estrada da Gávea e aos seus habitantes que, mensalmente, pagavam as contas de energia na sede da *Light* na Rua Marechal Floriano, próximo à Estação Ferroviária Central do Brasil, centro da cidade do Rio de Janeiro. Muitos moradores, inicialmente, só conseguiram a energia elétrica por causa da cessão realizada pelos favelados residentes naquela Estrada (COELHO, 2001).

Como a área era reduzida, conquistou-se o espaço doméstico em detrimento de um lugar reservado à circulação pública. O não-planejamento cartesiano de suas serventias expressou-se na relação entre o território da casa e o da rua. Dessa forma, predominam as ruelas, e as poucas ruas existentes serviram para denominar micro-localidades na Rocinha: a Rua 1, a Rua 2 e a Via Ápia. São, em grande parte, estreitas, mas equivalem às artérias ante o emaranhado de ruelas, becos, caminhos capilares, tortuosamente entrelaçados, por onde flui a vida nesse bairro-labirinto. Já que grande parte das moradas não tinha numeração, para localizar uma residência, podia-se levar até duas horas, o que, às vezes, só se conseguia com o auxílio de moradores. Mesmo assim, era necessário encontrar, primeiro, algum ponto referencial, uma espécie de micro-localidade muito conhecida dentro da favela. Saber diferenciá-las constituiu-se habilidade dos locais, já que estranhos, somente depois de muitas visitas e permanências, conseguiam adentrar nas entranhas do lugar sem se perderem. Para chegar-se a um endereço, havia que subir escadas, pular buracos, poças de lama, águas pútridas e tentar descobrir a entrada da habitação (CORRÊA, 2003, p. 28; VARAL, 1983, p. 28-29). Durante muito tempo, a dificuldade de localização estorvava o exercício da cidadania do residente na Rocinha, pois impedia o serviço dos correios na entrega de correspondências e contas além de enterrar o pedido de crédito em lojas. Viver na Rocinha era ser, para

muitos, um indivíduo “sem endereço”. E não tê-lo significava não poder exercer atos simples da vida econômica, era portar sobre si uma identidade negativa que potencializava as dificuldades para superar a sua vulnerabilidade social. Porém, além disso, apresentar a Rocinha como endereço residencial significava quase uma imediata discriminação social; então, muitos o negavam, assumindo, por vezes, endereços de parentes e amigos “do asfalto”, ou substituíam a palavra Rocinha por São Conrado, elegante bairro contíguo. Dessa forma, as condições de vida nessa favela não só pelo espaço desordenado e abandonado, mas também pela insuficiência de recursos financeiros advindos do trabalho, precarizavam seus habitantes, tornando-os sujeitos vulneráveis.

As favelas, já na década de 40, eram apresentadas pelo pensamento burguês como resistentes às campanhas de remoção. Ademais, percebia-se que, quando conseguiam extinguir uma, logo outra aparecia alhures. A visão elitista atacava ineficientemente os efeitos, porque não conseguia ou não queria atingir as causas desse constante proliferar. Aventavam-se as suas causas – pobreza, dificuldade de transporte, questão racial e falta de policiamento (PARISSE, 1969, p. 35-6) – mas não conseguiam combater eficazmente esses fatores: a proposta de redistribuição da renda ou da propriedade para solucionar a pobreza, no período, era considerada como “coisa de comunista”; quanto ao transporte, não conseguiam inferir que o problema não era apenas a dificuldade de tê-lo, mas também o seu preço e o tempo de percurso; qual seria a interpretação da questão racial como fator engendrador da favela? Poder-se-ia pensar que a favela se constituía pelos “maus modos” do negro (sic)? Ou que o racismo, ao segregar a população negra, servia para mantê-la na marginalidade social, favorecendo os negros a morar em favelas? Sobre a repressão, já insistiam que ela poderia conter a emergência e a expansão da favela, sem perceber que tão desfavoráveis eram as condições da propriedade e a qualidade de vida no campo que dificilmente a urbe poderia deixar de atrair esses miseráveis rurais.

O crescimento da Rocinha sempre foi visto pela sociedade circundante como ameaçador em virtude de suas condições de insalubridade, desvalorização da orla marítima disputada pelas moradas burguesas, ameaças ecológicas à Mata Atlântica e aos mananciais locais e também pela formação de antros de maus hábitos e criminalidade. Por isso, seus moradores foram freqüentemente ameaçados de retirada. Vieram os planos de remoção coletiva, em que os moradores instalados próximo à Estrada da Gávea eram os mais incomodados

pelos forços públicas. Na década de 60, o tema da remoção é constante nos congressos de urbanismo. Mas, a favela da Rocinha parece ter oferecido dificuldades a esse tipo de intervenção, já que o jornal *O Globo* em 25 de outubro de 1971 afirmava que ela era um “pesadelo para as políticas remocionistas”. Isso já demonstrava uma crise dessa ação governamental que se tornaria mais visível na passagem da década de 70 para 80, quando surgiram os primeiros planos de urbanização da própria favela (SEGALA, 1991, p. 5, 10; CORRÊA, 2003, p. 18; VARAL, 1983, p. 30; PARISSE, 1969, p. 37).

De acordo com o exposto, concluímos que as condições de vida na favela da Rocinha denunciavam o fracasso da dinâmica da expansão das relações capitalistas, assim como da plena efetivação de uma democracia, mesmo a restrita de cunho liberal. A favela foi a expressão da espoliação sofrida por inúmeros brasileiros na propriedade rural e urbana e realizada por classes hegemônicas não dispostas a solucionar as questões rural e urbana, mesmo mediante reformas nos quadros do sistema capitalista. Afinal, isso esfolaria privilégios. Ante essas disposições, a Rocinha constitui-se como refúgio de populações miserabilizadas e com pouco aporte educacional para enfrentar as imposições de um mercado urbano dinamizado pelo processo de industrialização que então se alargava. Paradoxalmente, a localidade, mesmo sendo uma afronta à propriedade burguesa, foi fruto da opção pelo respeito inelutável à propriedade, em detrimento do bem social. Apesar das péssimas condições de vida nela encontradas, seus moradores para lá se deslocaram, provindos, muitas vezes, de situações mais aviltantes e, nela, a reprodução da vida, ainda que em condições insalubres, foi produto da arte engenhosa de vulnerabilizados sociais que, quotidianamente, resgataram o seu direito a existir como indivíduos e, na medida em que lhes permitiam, como pessoas e cidadãos. Para isso, teceram redes de solidariedades intraclasse e extraclasse, lutaram dentro da doxa burguesa porque não sabiam e, mui comumente, não podiam fazer diferente. Só puderam construir o labirinto, pois as suas vidas não conseguiam sair do que o capitalismo os enredou. Mas esse *dédalo* instituiu-se ambivalente: tornou-se o abrigo, a heterotopia, o esconderijo, o *trompe d’oeil*, mas também o desconhecido, o inencontrável, a armadilha ou o gueto. É o reverso da cidade formal, retilínea e cartesiana, mas nela encontra-se incrustado. Esses requisitos propiciaram, apesar de não ser suficiente para explicar o fenômeno, a criminalização de uma ínfima minoria residente e serviram para tornar a imensa maioria de trabalhadores – “gente de boa família” –

estigmatizados. As soluções para essa questão social que fendia a sociedade carioca foram a indiferença, o descaso, o assistencialismo, a repressão, a remoção, mas nunca um eficaz ataque frontal às reais causas do fato. Revelava-se a incompetência semiótica das elites em compreender a realidade pela qual eram também responsáveis. Nem mesmo a implantação de um equipamento urbano digno foi efetivada, em escala suficiente, para suprir as necessidades dos favelados, integrando-os de maneira mais plena à cidade formal. Enfim, a urbe partida foi cerzida pelo afã persistente desses subalternizados.

SWAYING AMONG TROUBLES: THE LIVING CIRCUMSTANCES IN ROCINHA, A SHANTYTOWN IN RIO DE JANEIRO [1930-1980]

ABSTRACT

This paper analyzes the living circumstances of the dwellers of a shantytown called Rocinha, in the city of Rio de Janeiro, in the decades of 1930 and 1980, taking into account the integration processes, social binding and unbinding, according to concepts structured by sociologists Robert Castel and Sarah Escorel. The study complies the surge and expansion of the slum, the socio-economic and cultural origin of its inhabitants, its degree of poverty, the experienced misery of its population, their deprivations, mainly those concerning housing precariousness and dreadful sanitary conditions. Furthermore, the paper deals with some aspects of the interference of gender relations in social vulnerability circumstances, as well as the limited leisure areas. This paper exposes the nonexistence of easily located addresses as cause of greater difficulty towards a complete integration of the slum-dweller with the formal city. It also identifies resistance against the removal policies undertaken by the State.

KEY WORDS: *Living circumstances. Rio de Janeiro. Shantytown. Vulnerability.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, R. **O Bandido e outras histórias da Rocinha.** Rio de Janeiro: Sette Letras. 1997.

BELTRÃO, K. I.; PINTO, M. I. dos S.; CAMARANO, A. A. Avaliação do Padrão Etário da Mortalidade Brasileira por Sexo: 1979-1994. In: **Como Vai? População Brasileira.** Brasília, ano I, n. 3, p. 12-12, ago/out 1996, p. 3. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/comovai/comovai0396.pdf>.

CABRAL, S. O outro Rio. In: ALVES, R. **O Bandido e outras histórias da Rocinha**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 9-11.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano, 1**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, A. **Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho e a Letícia Lobão Soares**. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha), 6/10/2001. (mimeo e fita-cassete)

_____. **Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho**. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 19/07/2002. (mimeo e fita-cassete)

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ESCOREL, S. Vivendo de teimosos. Moradores de rua da Cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (Org.). **No meio da rua**. Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139-171.

GERSON, B. **História das ruas do Rio de Janeiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

GIARD, L. Apresentação. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano, 1**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-34.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Tábua de vida. Evolução da mortalidade no Brasil. 2001**. Disponível na Internet no URL: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/evolucao_da_mortalidade_2001.shtm. Acesso em 18/09/2003.

ITAGIBA, M. Quem produz o gelo não é a polícia. Entrevista concedida a Gustavo de Almeida. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 04/11/2005.

KUSCHNIR, K. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

LIMA, A. M. L. **Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho**. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 19/08/2002. (mimeo e fita).

PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro. Evolução – Sentido**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (CENPHA), 1969. Cadernos do CENPHA, 5.

RAMOS, C. A. A. Repensando o lugar do outro no Rio de Janeiro: tensões entre a cidade oficial e a favela da Rocinha, a partir do discurso de intervenção da Fundação Leão XIII. Exposição Oral. In: **XXIII Simpósio Nacional História: Guerra e Paz**. Associação Nacional de História. ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 17 a 22 de julho de 2005.

ROBSON, P.; ROQUE, S. **“Aqui na Cidade, nada sobra para ajudar”**. Buscando Solidariedade e Ação Coletiva em Bairros Peri-Urbanos de Angola. Amsterdão: Development Workshop, 2001. Occasional Paper, 3.

ROCHA, A. **A cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SAGMACS (Sociedade de Análise Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais). Aspectos Humanos da Favela Carioca. In: **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: 13 de abril de 1960. Suplemento Especial n° 1.

SEGALA, L. **O riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2 vs. Rio de Janeiro, 1991.

SOUZA, B. F. de S. **Depoimento concedido a Silvio de Almeida Carvalho Filho**. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 15/11/2002. (mimeo e fita-cassete)

VALLA, V. V. (Org.). **Educação e favela**. Políticas públicas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis, 1986.

VARAL de Lembranças: histórias da Rocinha. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha; Tempo e Presença; SEC/ MEC/ FNDE, 1983.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. Introdução. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um século de favela**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999. p. 7-24.